

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 899, DE 2019

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 899, DE 2019

Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica.



CD/19411.48799-66

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se ao inciso I do art. 5º a seguinte redação:

“Art. 5. A transação poderá dispor sobre:

I – a concessão de descontos em créditos inscritos em dívida ativa da União, sobre os quais inexistam indícios de esvaziamento patrimonial, e que sejam classificados como irre recuperáveis ou de difícil recuperação, nos termos de ato a ser publicado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional”

JUSTIFICATIVA

Por ocasião da publicação do PL 1646/2019, a PGFN publicou em seu site (<http://www.pgfn.fazenda.gov.br/noticias/2019/entenda-o-projeto-de-lei-de-combate-ao-devedor-contumaz-e-fortalecimento-de-cobranca>) que aquele projeto, objetivando recuperar créditos inscritos em dívida ativa da União, previa a concessão de desconto de até 50% do total da dívida, quando a procuradoria os classificasse como irre recuperáveis ou de difícil recuperação.

A expressão autoridade fazendária, própria do fisco, poderia trazer mais um agente a definir quais créditos seriam ou não irrecuperáveis ou de difícil recuperação.

Para que não reste dúvida que à PGFN compete classificar a recuperabilidade dos débitos inscritos em dívida ativa, propõe-se a redação que explicita esta competência e ressalta a observação de que sobre tais créditos não podem haver indícios de esvaziamento patrimonial.

Diante do exposto, solicito o apoio de meus ilustres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado **JOSÉ NELTO**
(PODE/GO)



CD/19411.48799-66